



Graduação Pós-Graduação
 Artigo completo Relato de prática Resumo expandido

Um estudo do perfil sociodemográfico, formas de ingresso e a situação acadêmica dos alunos ingressantes no curso de Pedagogia da UFT, Campus de Palmas, no período de 2019 a 2024

Ana Carla Duarte Queiroz
Fundação Universidade Federal do Tocantins - UFT
anacduarte@mail.uft.edu.br

Jani Carneiro Rolins
Fundação Universidade Federal do Tocantins - UFT
jani@mail.uft.edu.br

Jeany Castro dos Santos
Universidade Estadual do Tocantins - UNITINS
jeany.cd@unitins.br

Flávio Augusto da Mota Pacheco
Fundação Universidade Federal do Tocantins - UFT
flavio.pacheco@uft.edu.br

RESUMO

O presente artigo discute a situação acadêmica dos estudantes de uma licenciatura ofertada pela Universidade Federal do Tocantins (UFT), no Câmpus de Palmas, no período de 2019 a 2024. O objetivo é analisar dados acadêmicos relevantes que possam subsidiar a formulação e o aprimoramento de políticas institucionais que assegurem a permanência e a conclusão do curso no tempo previsto pelo Projeto Pedagógico do Curso (PPC). A análise contemplou o perfil sociodemográfico dos discentes, as formas de ingresso e sua relação com a situação acadêmica atual. Os resultados evidenciaram a predominância de estudantes do sexo feminino, pardas, oriundas de escolas públicas e ingressantes por meio de políticas de ação afirmativa. Verificou-se, ainda, uma taxa expressiva de evasão, sobretudo nos períodos iniciais do curso, além de um tempo médio de integralização superior ao estabelecido no PPC. Tais achados reforçam a necessidade de políticas de permanência mais consistentes e articuladas, alinhadas ao perfil e às demandas específicas do corpo discente, de modo a promover trajetórias acadêmicas exitosas e reduzir a retenção e a evasão.

Palavras-chave: Ensino superior; Perfil sociodemográfico; Licenciatura; Permanência; Governança.



1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o ensino superior público no Brasil passou por um processo de expansão e democratização, impulsionado por políticas como o Reuni (2007), o Sistema de Seleção Unificada (SISU) e a Lei de Cotas (Lei nº 12.711/02). Essas ações ampliaram o acesso às universidades federais (Silva e Sampaio, 2022; p. 605), promovendo a entrada de estudantes historicamente excluídos, oriundos da escola pública, de baixa renda, negros, indígenas e moradores de regiões periféricas (Ristoff, 2014, p. 726). Contudo, essa ampliação quantitativa do acesso não foi acompanhada, de forma proporcional, por melhorias estruturais e institucionais capazes de garantir a permanência e o êxito acadêmico desses estudantes (Andifes, 2019, p. 233).

No contexto da administração pública, essas questões institucionais e estruturais estão intrinsecamente ligadas ao conceito de governança pública (Gesser, et al; 2021, p. 8). A governança universitária é entendida como o conjunto de mecanismos, processos, sistemas, práticas e procedimentos (Silva et al., 2023, p. 6115). No âmbito do ensino superior, adotar boas práticas de governança implica transparência, prestação de contas e responsabilidade social. (Gesser, 2021, p. 17). O tema governança universitária tem sido alvo de muitos debates, principalmente porque é compreendido como um processo de criação de políticas e de decisões que mantenha o foco na missão institucional e garanta a educação superior de qualidade (Silva et al., 2023, p. 6116).

A Educação Superior é um instrumento de transformação social e desenvolvimento econômico através da formação, da ciência, de tecnologias e melhores condições de empregabilidade no mercado de trabalho (Silva e Sampaio, 2022, p. 604). O ensino superior abriu portas às populações que antes não tinham a oportunidade de ingressar em um curso de graduação, contudo, enfrenta questões como a ocupação de vagas ociosas, o combate à evasão, o apoio à trajetória estudantil e questões pedagógicas (Coimbra; Silva; Costa, 2021, p. 6)

As políticas públicas e ações voltadas para o ensino superior ampliaram o acesso da população a cursos de graduação, mas não resolveram a questão da evasão, tempo de conclusão até a diplomação e o desempenho acadêmico (Silva e Sampaio, 2022, p. 620). A gestão tem um papel preponderante para o enfrentamento com medidas a diminuir os índices de evasão, considerando as necessidades específicas dos indivíduos e seus perfis sociais. Tornar mais eficiente os serviços de orientação, e fortalecer estruturas institucionais em termos de políticas

de permanência, acompanhamento acadêmico e gestão de resultados (Adachi, 2021, p. 46).

A Lei nº 10.861/2004 instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) e sistematizou as bases e fundamentos de uma política de avaliação da Educação Superior. O Sinaes definiu objetivos como a melhoria da qualidade da educação, eficácia institucional e efetividade acadêmica e social, conceitos que têm relação com custo/benefício e atingimento de metas e resultados. Diante disso, o Sinaes tem relação direta com a avaliação e acompanhamento da evasão no Ensino Superior, haja vista que os estudantes são a razão das atividades-meio e das atividades-fim das instituições (Coimbra; Silva e Costa, 2021, p. 5)

Para orientar quanto à legislação do Sinaes, o roteiro de autoavaliação das instituições, em um dos seus itens, destaca como políticas de atendimento aos estudantes:

Mecanismos/sistemáticas de estudos e análises dos dados sobre ingressantes, evasão/abandono, tempos médios de conclusão, formaturas, relação professor/aluno e outros estudos tendo em vista a melhoria das atividades educativas (Inep, 2004, p. 33).

O texto fortalece a ideia de que pode haver melhorias das atividades educativas e resultados quando a instituição possui mecanismos e estudos dos dados sobre os ingressantes, e o acompanhamento da vida acadêmica. Ferramentas de gestão e reconstrução dos procedimentos pedagógicos são aspectos que têm o objetivo de favorecer os processos de acesso, permanência e engajamento acadêmico. Esses fatores se traduzem em ações práticas efetivas de acolhimento, assistência e acompanhamento (Vitória et al., 2018, p. 6).

Para subsidiar o acompanhamento, o monitoramento e a produção de informações sobre a educação superior, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), em conformidade com o Decreto nº 6.425/2008, realiza anualmente o Censo da Educação Superior, instrumento responsável pela elaboração de indicadores educacionais. Os dados provenientes desse levantamento evidenciam que, nos cursos de graduação das instituições públicas federais, têm se intensificado fenômenos como a redução no número de ingressantes, a existência de vagas ociosas, a evasão estudantil e a conclusão dos cursos em prazos superiores ao previsto.

Nesse contexto, os dados do Censo da Educação Superior, referentes ao ano de 2024 e divulgados pelo INEP em 2025, indicam que a rede de educação superior no Brasil é composta por 2.244 instituições privadas e 317 instituições públicas (Inep, 2025, p. 19).

No que se refere à oferta de vagas, em 2024 foram disponibilizadas 23.664.880 vagas em cursos de graduação, nas modalidades presenciais e à distância. Desse total, 982.899 vagas pertencem à rede pública, enquanto 22.681.981 concentram-se na rede privada, o que

corresponde a 95,8% do total de vagas ofertadas no país, evidenciando a predominância das instituições privadas no ensino superior (Inep, 2025, p. 20).

Dentre as vagas oferecidas nos cursos de graduação em 2024, que somam o total de 23.664.880, os cursos presenciais ofertam 5.074.607 vagas, enquanto os cursos à distância (EaD) concentram 18.590.273 vagas. No que se refere às matrículas, especialmente na rede federal de educação superior, os dados do Inep indicam que:

A rede federal de educação superior de graduação responde por 64% das matrículas da rede pública, reunindo 1,3 milhão de estudantes em 2024. Pelo terceiro ano consecutivo, registra redução no número de alunos, uma queda média de 1,02% ao ano no período, o que fez o total de matrículas ficar abaixo do observado antes da pandemia. Em meio a um cenário de expansão da educação superior no país, a queda de audiência da rede federal é um alerta estatístico que não pode ser ignorado (Inep, 2025, p. 40).

Das vagas totais ofertadas para ingresso em cursos de graduação, os cursos de licenciatura representam um quantitativo de 10% na modalidade presencial e 20% na modalidade EaD. A quantidade de vagas ofertadas nos cursos em licenciatura corresponde a 4.255.957, sendo que deste valor, 11% são na modalidade presencial e 89% na modalidade EaD (Inep, 2025, p.24).

Dentre os cursos de licenciatura nas modalidades presencial e EaD, o curso de pedagogia se destaca, “com mais da metade dos alunos matriculados (55,3%) ou quase 880 mil alunos matriculados”. (Inep, 2025, p. 44). De acordo com os indicadores de evolução de trajetória dos estudantes no curso de ingresso, os dados do Inep para ingressantes em 2015 mostram que o curso de pedagogia no período de 2015 a 2024 apresenta uma taxa de conclusão acumulada de 47%, uma taxa de desistência acumulada de 52% e a taxa de permanência é de 1% (Inep, 2025, p. 85).

O número de ingressantes em cursos de graduação na modalidade a distância tem crescido de forma expressiva nos últimos anos, ultrapassando a marca de 3,3 milhões de novos estudantes em 2023. Em contrapartida, os cursos presenciais apresentam tendência de queda no número de ingressantes desde 2014 (Inep, 2024, p. 33).

Nesse contexto, a Universidade Federal do Tocantins (UFT), assim como outras instituições federais de ensino superior, enfrenta problemas relacionados às vagas ociosas, evasão discente, desistência precoce e baixas taxas de conclusão nos cursos de graduação presencial.

De acordo com o site da UFT, na plataforma “UFT em Números”, ao aplicar os filtros de período (2014 a 2024) e modalidade (presencial), considerando todos os Câmpus da UFT,



observa-se um total de 101.570 estudantes. Desses, 48.274 evadiram, 15.981 concluíram o curso e 37.315 permanecem como ingressantes/vinculados. Confirmando, desta forma, os dados apresentados pelo INEP.

Para esta discussão, selecionou-se o curso de Licenciatura em Pedagogia do campus de Palmas, com o objetivo de analisar, de forma quantitativa, o perfil demográfico, as formas de ingresso e a situação acadêmica dos estudantes entre 2019 e 2024, considerando aspectos como permanência, evasão e conclusão. Ressalta-se que, quanto ao perfil socioeconômico, a UFT ainda não dispõe de dados suficientes para essa análise.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Expansão, democratização do acesso e novos perfis estudantis

A Universidade Pública cumpre sua missão quando gera, sistematiza e socializa o conhecimento, formando profissionais e cidadãos comprometidos na construção de uma sociedade mais justa (Andifes, 2007, p. 4).

A efetivação de investimentos na educação superior pelo Governo Federal brasileiro ganhou novo ímpeto a partir de 2007, com a implementação do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), ampliando o número de instituições e a oferta de vagas para a graduação. Posteriormente, em 2010, ocorreu a adoção de políticas como o Sisu/Enem, processo que facilitou o ingresso de alunos nas universidades por meio da aplicação de uma prova única, eliminando barreiras geográficas. Em 2012, com a promulgação da Lei nº 12.711/2012 (Lei de Cotas), possibilitou-se o ingresso de pessoas em situação de vulnerabilidade no ensino superior (Silva e Sampaio, 2022, p. 604).

A expansão das universidades públicas foi acompanhada de esforços deliberados voltados à democratização do acesso ao ensino superior. O Programa Nacional de Educação-PNE (2014-2024) estabeleceu metas desafiadoras, como elevar a taxa de matrícula, além de garantir que novas vagas fossem ofertadas pelo segmento público com garantia de qualidade (Filipak e Pacheco, 2017, p. 1245).

O processo de expansão e democratização teve impacto direto no perfil dos estudantes matriculados nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). As políticas de inclusão e a criação de novas universidades no interior passaram a alterar significativamente o perfil socioeconômico dos estudantes de graduação nos campi brasileiros (Ristoff, 2014, p. 726).



A democratização do ensino superior, aliada à expansão das universidades, contribuiu para o acesso de novos perfis de estudantes e também evidenciou a necessidade de acompanhamento dos resultados das políticas implementadas. Em 1996, a Comissão Especial criada pelo MEC apontou que fatores como renda, cor/raça e tipo de escola de origem explicam parte significativa das diferenças observadas nas taxas de evasão e no tempo de conclusão dos cursos (Coimbra; Silva e Costa, 2021, p. 10).

A mudança no perfil dos estudantes do ensino superior também foi evidenciada pela Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes das Instituições Federais de Ensino Superior, realizada pela Andifes/Fonaprace em 2018. Os resultados indicam que, em nível nacional, cerca de 70% dos estudantes declararam renda familiar per capita de até 1,5 salários mínimos, evidenciando a presença significativa de jovens oriundos de grupos historicamente excluídos do acesso ao ensino superior (Andifes, 2019, p. 31).

No recorte regional, a pesquisa aponta que, na Região Norte, esse percentual é ainda mais elevado, alcançando 81,9% dos estudantes com renda familiar per capita de até 1,5 salários mínimos, o que reforça a maior incidência de vulnerabilidade socioeconômica entre os discentes dessa região (Andifes, 2019, p. 31).

A expansão e a democratização do ensino superior, aliadas ao aumento de vagas, geraram ações específicas para atender a esse novo público (Silva e Sampaio, 2022, p. 605). Nesse contexto, foram criadas políticas de permanência e assistência estudantil, como o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituído pelo Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, com o objetivo de auxiliar na trajetória acadêmica de estudantes em condições socioeconômicas mais vulneráveis.

2.2 Políticas públicas, permanência acadêmica e perfil social

As políticas públicas passaram, gradualmente, a evidenciar seus efeitos: o perfil dos campi brasileiros tornou-se menos “branco”, com aumento da presença de estudantes pretos e pardos e maior acesso de pessoas de baixa renda ao ensino superior, aproximando-se mais da composição da sociedade brasileira (Ristoff, 2016, p. 31).

A permanência dos estudantes na universidade, especialmente daqueles em situação de vulnerabilidade social, enfrenta desafios que vão além do acesso inicial, evidenciando que não basta garantir o ingresso, sendo necessário oferecer condições efetivas de permanência. Nesse sentido, as políticas públicas educacionais devem assegurar igualdade de oportunidades,



favorecendo o sucesso e o êxito acadêmico, bem como uma formação de qualidade social, cultural, acadêmica e intelectual desde a educação básica. Assim, torna-se fundamental criar condições para que o estudante conclua sua formação e alcance êxito em sua trajetória profissional (Filipak e Pacheco, 2017, p. 1262).

Trajetórias marcadas por desigualdades escolares evidenciam que a “falta de base”, oriunda do ensino fundamental e médio, constitui um fator determinante das dificuldades enfrentadas pelos estudantes, como reprovações em disciplinas, problemas de permanência e abandono do curso (Adachi, 2017, p. 48).

Nesse contexto, a performance acadêmica pode impactar a evasão de duas formas: pelo desligamento administrativo decorrente de baixo rendimento, conforme as normas institucionais, e pelo impacto negativo na autopercepção dos estudantes, o que pode levá-los ao abandono voluntário do curso. A baixa performance dos estudantes acarreta implicações financeiras para as instituições e também constitui um indicador considerado no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), do Ministério da Educação (MEC), responsável por atribuir conceitos às instituições (Silva e Sampaio, 2022, p. 621).

Diante da multiplicidade de fatores que podem comprometer o êxito acadêmico, destacam-se as características individuais, acadêmicas, sociais e emocionais dos estudantes, as quais, além de impactarem o desempenho acadêmico, podem contribuir para a evasão no ensino superior (Pinheiro; Ribeiro; Fernandes, 2023, p. 4). Questões externas como a necessidade de trabalhar para manutenção da família podem contribuir para a decisão da permanência ou evasão. (Pinheiro; Ribeiro; Fernandes, 2023, p. 5).

Estudos apontam que fatores como situação socioeconômica e origem escolar impactam na trajetória do estudante do ensino superior (Ristoff, 2014, p. 743). Esses fatores são ampliados quando ações de governança não se traduzem em práticas efetivas de acolhimento, assistência e acompanhamento aos alunos ingressantes no ensino superior (Vitória *et al.*, 2018, p. 267).

Assim, políticas e práticas institucionais que considerem o contexto social dos estudantes e oferecem suporte adequado, assumem papel central na promoção do êxito acadêmico e na redução das desigualdades no ensino superior.

2.3 Governança pública e governança no ensino superior

Tribunal de Contas da União (TCU) define Governança Pública como “*um conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e*

monitorar a atuação da gestão...” (Brasil, 2014, p. 5).

A governança universitária não pode abrir mão de “mecanismos de governança”, pois são elementos essenciais para o exercício da autoridade e coordenação nas Instituições de Ensino Superior (IES). A aplicação da governança às IES públicas deve refletir formas mais eficazes de organização, capazes de assegurar o cumprimento de suas finalidades e missões, bem como o compromisso com a pesquisa, a formação de qualidade, a autonomia e a responsabilidade social (Silva et al., 2023, p. 6115).

A governança universitária assume relevância não apenas como estrutura administrativa, mas como processo, sistema, prática e conjunto de procedimentos, envolvendo mudanças estratégicas de gestão pública (Silva et al., 2023, p. 6123). Quanto ao desempenho, a universidade também é avaliada pela eficiência de seus serviços, devendo prestar contas à sociedade, ao governo e aos órgãos de controle, o que exige o aperfeiçoamento da análise e do tratamento das informações relacionadas à gestão e à qualidade (Sales, 2025, p. 15).

Uma governança orientada a resultados deve adotar um modelo de avaliação tríplice, monitorando simultaneamente a permanência, o desempenho e o tempo até a diplomação (Silva e Sampaio, 2022, p. 612). Nesse sentido, o conhecimento aprofundado da trajetória discente, que articula indicadores quantitativos à compreensão das histórias de vida e dos percursos de escolarização (Adachi, 2017, p. 48), consolida-se como um instrumento essencial de governança, comprometido com a democratização do campus, o enfrentamento da evasão e a qualidade da formação superior (Ristoff, 2014, p. 724).

Sob essa ótica, a disponibilidade de informações qualificadas sobre o perfil discente, abrangendo dimensões socioeconômicas, culturais e de saúde, constitui elemento estratégico para subsidiar a atuação da gestão acadêmica. (Andifes, 2019, p. 9).

Nesse sentido, a efetividade da governança nas instituições de ensino, especialmente as públicas, depende da utilização de instrumentos de gestão realistas e de acompanhamento contínuo.

O Tribunal de Contas da União (TCU, 2024), por meio do Acórdão nº 986/2024, identificou que a baixa utilização de indicadores de desempenho, especialmente aqueles relacionados à evasão escolar e ao número de vagas ociosas, compromete a qualidade do processo decisório em muitos cursos de graduação. Esse cenário evidencia a necessidade de ampliar o monitoramento e a análise de resultados, de modo a fundamentar políticas mais eficazes e ações como o aperfeiçoamento dos sistemas de gestão acadêmica, garantindo a geração de informações estratégicas. Tais informações devem subsidiar o acompanhamento

contínuo da retenção e da evasão, bem como contemplar o perfil dos estudantes, como cor/raça e renda, a fim de compreender suas causas e fatores associados, orientando a formulação de políticas públicas e ações de intervenção mais efetivas.

2.4 Instituições de Ensino, UFT e o Curso de Licenciatura em Pedagogia no Campus de Palmas

A complexidade das instituições de ensino superior, especialmente as públicas, evidencia a necessidade de mecanismos que subsidiem a gestão por meio do acompanhamento acadêmico, considerando o perfil do estudante ingressante e sua trajetória, com vistas à permanência e à conclusão dos estudos (Adachi, 2017, p. 35).

As universidades devem estar cientes da complexidade dos sujeitos que ingressam, dos diferentes grupos e das minorias discentes, buscando identificar potencialidades e mapear fragilidades para propor estratégias pedagógicas que promovam o engajamento acadêmico, a permanência e conclusão (Vitória et al., 2018, p. 265).

Assim como outros organismos estatais, as universidades vêm revisando seus modelos de gestão, impulsionadas pela adoção de novos paradigmas na administração pública, que privilegiam estratégias orientadas por resultados. Nesse contexto, decisões passam a ser pautadas por critérios de economicidade e eficiência, visando otimizar a alocação de recursos e aprimorar os impactos institucionais (Sales et al., 2020, p. 1478).

A Universidade Federal do Tocantins (UFT), criada pela Lei nº 10.032, de 23 de outubro de 2000, tem como missão promover a produção e difusão do conhecimento científico, tecnológico e cultural e “formar cidadãos comprometidos com o desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal por meio da educação inovadora, inclusiva e de qualidade” (UFT, 2021, p. 37). Nesse contexto, a instituição tem buscado implementar políticas e ações voltadas ao fortalecimento da qualidade acadêmica e à ampliação das condições de acesso, permanência e conclusão dos estudantes nos cursos de graduação.

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFT estabelece diretrizes estratégicas voltadas à consolidação da universidade como instituição pública comprometida com a inclusão social, a democratização do acesso ao ensino superior e a melhoria dos indicadores de permanência e êxito acadêmico (UFT, 2021, p. 8). Entre seus objetivos institucionais destacam-se a ampliação das oportunidades de acesso à educação superior, o fortalecimento das políticas de assistência estudantil e o aprimoramento da gestão acadêmica,

visando reduzir índices de evasão e promover melhores condições de aprendizagem para os estudantes (UFT, 2021, p. 9).

No que se refere às formas de ingresso, a UFT adota diferentes modalidades de seleção para os cursos de graduação, entre as quais se destacam o Sistema de Seleção Unificada (SiSU), baseado nas notas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), e processos seletivos próprios organizados pela instituição, como o Exame de Acesso ao Ensino Superior (Exato).

Além disso, a universidade adota políticas de ações afirmativas em consonância com a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, regulamentada pelo Decreto nº 7.824/2012 e atualizada pela Lei nº 14.723/2023. Essa legislação estabelece a reserva de vagas nas instituições federais de ensino superior para estudantes oriundos de escolas públicas, com critérios adicionais relacionados à renda familiar, pertencimento étnico-racial, bem como a outras especificidades, como estudantes indígenas e quilombolas.

No âmbito da permanência estudantil, a UFT desenvolve políticas de assistência estudantil com recursos do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituído pelo Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010 e atualizado pela Lei nº 14.914/2024. O programa tem como objetivo ampliar as condições de permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica nas instituições federais de ensino superior, por meio de ações que assegurem sua permanência e êxito acadêmico.

Na UFT, essas ações são operacionalizadas por meio de programas institucionais de assistência estudantil, entre os quais se destaca o Programa Institucional de Assistência Estudantil, que utiliza o Programa de Indicadores Sociais da UFT (PISO). Esse programa é destinado a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, selecionados mediante avaliação socioeconômica. Tais iniciativas buscam reduzir desigualdades de permanência e criar condições para que os estudantes possam desenvolver suas trajetórias acadêmicas com maiores possibilidades de êxito, contribuindo para a diminuição da evasão e para a melhoria dos indicadores de conclusão nos cursos de graduação.

Os desafios quanto à permanência e ao êxito acadêmico são expressivos nos cursos de Licenciatura. A decisão de evadir-se nas Licenciaturas demonstra um efeito maior, face às variáveis pessoais dos estudantes (Fior; Almeida, 2023, p. 22). As instituições de ensino lidam com questões que transcendem o âmbito acadêmico, o desafio de garantir a permanência dos estudantes e o êxito acadêmico perpassam por questões sociais, econômicas, pessoais, curriculares e institucionais. (Fior; Almeida, 2023, p.19).

O curso de Pedagogia, do Campus de Palmas, enfrenta questões de evasão, vagas

ociosas e retenção. Estudar sobre esses dados e compreender o perfil do estudante que ingressa no curso é importante para pensar em soluções que auxiliem a trajetória acadêmica dos estudantes.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa caracteriza-se como descritiva, com abordagem quantitativa, tendo como objetivo analisar o perfil sociodemográfico, as formas de ingresso e a trajetória acadêmica dos estudantes do curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal do Tocantins (UFT), Campus Palmas. A pesquisa utilizou dados secundários institucionais, obtidos por meio de registros administrativos do sistema acadêmico da universidade.

Inicialmente foi realizado um levantamento exploratório na base de dados institucional da UFT, por meio do Sistema de Informações para o Ensino (SIE), com o objetivo de identificar os relatórios que continham informações mais completas e adequadas às variáveis de interesse da pesquisa.

O estudo foi delimitado ao curso de Licenciatura em Pedagogia, modalidade presencial, do Campus de Palmas da UFT. O recorte temporal compreendeu os estudantes ingressantes entre 2019 e 2024, considerando os ingressos realizados no primeiro e no segundo semestre de cada ano. O estudo teve autorização da Pró-Reitoria de Graduação (Prograd) para acesso e utilização dos dados institucionais para fins acadêmicos.

A coleta de dados foi realizada por meio da extração de informações do relatório nº 16.11.03 do sistema SIE, com dados exportados em 24 de junho de 2025, em formato de planilhas eletrônicas. Após a extração, os dados passaram por um processo de tratamento e organização, que incluiu a aplicação de filtros para seleção das variáveis relevantes ao estudo e a eliminação de registros duplicados presentes nas planilhas.

Para a organização inicial dos dados foi utilizado o software Microsoft Excel, no qual foram estruturadas as planilhas contendo as informações extraídas do sistema institucional. Posteriormente, os dados foram importados para o Power BI, ferramenta utilizada para o tratamento, modelagem e visualização analítica das informações.

Para fins analíticos, as variáveis consideradas na pesquisa foram organizadas em três categorias principais: perfil sociodemográfico, forma de ingresso e situação acadêmica.

Na categoria perfil sociodemográfico, foram analisadas as seguintes variáveis: sexo, etnia, idade, naturalidade, estado civil, Estado da Federação onde concluiu o ensino médio e



tipo de instituição de ensino médio frequentada (pública ou privada).

Na categoria forma de ingresso foram consideradas as modalidades de acesso à universidade, classificadas em: ampla concorrência, sistema de cotas e outras formas de ingresso.

Já na categoria situação acadêmica, foram analisadas variáveis relacionadas à trajetória dos estudantes no curso, incluindo: ano e período de ingresso, ano e período de saída, situação de vínculo acadêmico, diplomação e evasão. Para fins deste estudo, a evasão foi identificada a partir dos registros institucionais classificados como desvinculados, desistentes ou declinantes no sistema acadêmico.

Como referência para as análises comparativas adotou-se a data de ingresso do estudante no curso, utilizada como parâmetro para o cruzamento com as demais variáveis relacionadas ao perfil sociodemográfico, forma de ingresso e situação acadêmica.

A análise dos dados foi realizada por meio de estatística descritiva utilizando frequências absolutas e relativas (percentuais), contagem total e estratificada, bem como comparações entre grupos. O tratamento analítico foi realizado com o auxílio do Power BI, que possibilita a integração, modelagem e visualização dinâmica de dados.

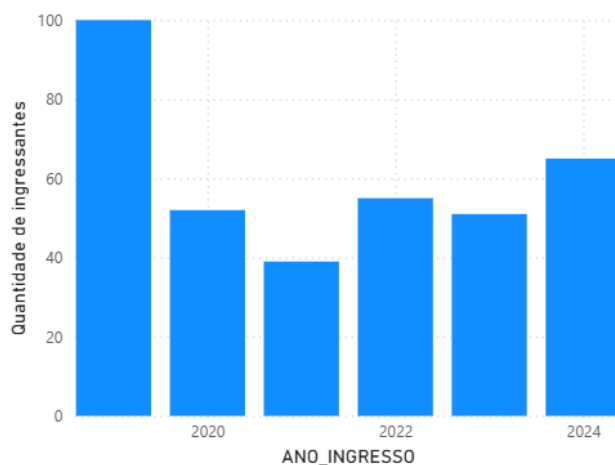
4 DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Foi realizado o estudo através de relatórios contidos nos registros acadêmicos sobre o perfil dos alunos; as informações extraídas demonstram contexto como: naturalidade, raça/cor, sexo, idade, estado civil, escola de origem, tipo de instituição que concluiu o ensino médio (escola pública ou privada), forma de ingresso e situação acadêmica.

A identificação destas informações assim como, a compreensão do perfil sociodemográfico dos alunos, podem ser relacionadas ou correlacionadas com os demais dados quantitativos da pesquisa como a permanência, evasão e diplomação. O conhecimento e informações sobre o perfil dos alunos ingressantes, associados ao acompanhamento da trajetória acadêmica, podem auxiliar a gestão quanto a aplicação das políticas e estratégias que auxiliem nos resultados e indicadores.

Através da coleta de dados realizada no Sistema Integrado para Educação (SIE), foi extraído o quantitativo total e parcial de alunos ingressos no período de 2019 a 2024 do curso de licenciatura em pedagogia da UFT - Palmas, conforme Figura 1:

Figura 1: Quantitativo de Ingressantes por Ano



Fonte: Dados da pesquisa (2025)

A Figura 1 apresenta o total de ingressantes para os anos de 2019 a 2024. Foi considerada a somatória dos valores dos semestres quando houve ingressantes para o período. No ano de 2019, o curso registrou 100 ingressantes somando os dois semestres letivos. Em 2020, esse número caiu para 52 ingressos, e em 2021 foi ainda menor, com apenas 39 estudantes. Em 2022, houve uma leve recuperação, com 55 novos alunos, seguida por 51 em 2023 e 65 em 2024.

A análise do número de ingressantes por ano revela variações quantitativas significativas ao longo do período estudado. De acordo com o Projeto pedagógico - PPC do curso analisado, o número de vagas ofertadas é 40 por semestre, que pode ser dividido entre dois ou mais processos seletivos no semestre corrente. Porém, é importante destacar que, no curso analisado, nos anos de 2020 e 2021 (Tabela 1), houve uma redução no total de ingressantes, devido ao fato de que os processos seletivos, nesses anos, ocorreram apenas no primeiro semestre.

Esse menor número de ingressantes nos anos de 2020 e 2021 coincide com o período da pandemia, quando comparado ao ano anterior, 2019. O quantitativo de ingressantes nos anos posteriores à pandemia permaneceu baixo quando comparado ao registrado em 2019.

4.1 Perfil sociodemográfico dos alunos

A coleta e a análise dos dados permitiram detalhar o perfil sociodemográfico dos alunos ingressantes por ano, bem como o quantitativo por semestre. Para favorecer a visualização e a

análise, as informações sociodemográficas foram organizadas em tabelas distintas.

Tabela 1- Sexo/Cor/Raça

Ano de Ingresso	Total p/ ano	Semestre		Sexo		Cor/Raça				
		1º sem.	2º sem.	Fem.	Masc.	Parda	Preta	Indígena	Branca	Amarela/ Não inform.
2019	100	50	50	83	17	55	21	4	18	2
2020	52	51	1	40	12	27	17	1	7	0
2021	39	39	0	32	7	21	5	3	10	0
2022	55	22	33	40	15	28	15	4	7	1
2023	51	29	22	43	8	19	11	1	18	2
2024	65	17	48	55	10	42	11	4	6	2
Total	362	208	154	293	69	192	80	17	66	7

Total 100% 57,46% 42,54% 80,94% 19,06% 53,04% 22,10% 4,70% 18,23% 1,93%

Fonte: Dados da pesquisa (2025)

A Tabela 1 demonstra que, nos anos de 2020 e 2021, houve apenas processos seletivos para ingresso no curso em análise no primeiro semestre. Isso pode ser atribuído ao período pandêmico. O único ingresso registrado no segundo semestre de 2020 foi realizado por meio de reingresso administrativo para alunos que foram desvinculados e que faltam poucas disciplinas para a integralização do curso.

Ao longo do período analisado, observa-se uma predominância expressiva de estudantes do sexo feminino entre os ingressantes, que representam 80,94% do total. Por sua vez, os estudantes do sexo masculino correspondem a 19,06% dos ingressantes nesse intervalo.

Essa distribuição revela um perfil de gênero marcadamente desigual, com forte presença feminina em todos os anos no curso de licenciatura em análise. Essa predominância de gênero no curso, pode refletir a feminilização da docência em países ocidentais como o Brasil, trazida por estereótipos como uma profissão da mulher no magistério (Fior; Almeida, 2023, p. 23).

Os dados indicam que 192 ingressantes se autodeclararam pardos (53,3%); 80, pretos (22,1%); 66, brancos (18,23%); e 17, indígenas (4,7%). Esses resultados corroboram os dados do IBGE (Censo 2022), segundo os quais 62,1% da população tocantinense se autodeclarou pardos. Os dados indicam que quem busca o curso de Pedagogia é, majoritariamente, composto por mulheres pretas e pardas e oriundas de escolas públicas. Em consonância com esse cenário,

informações do INEP referentes ao ano de 2023 indicam que 78% dos concluintes do ensino médio no Tocantins, segundo a classificação por cor/raça, se autodeclararam pretos, pardos e indígenas (PPI), enquanto 22% correspondem a estudantes brancos e amarelos (Inep, 2023, p. 11).

A Tabela 2 evidencia a distribuição dos alunos ingressantes por semestre/ano, a faixa etária, estado civil e naturalidade.

No decorrer dos 06 (seis) anos foi registrado um total de ingressos, contabilizando os dois semestres 362 estudantes. Desse total de alunos, 249 na data de ingresso tinham até 25 anos de idade; isso representa aproximadamente 69%; 43 entre 26 e 30 anos, 11,88%; 70 calouros tinham acima de 31 anos, o que representa 19,34%.

Tabela 2: Idade/Estado Civil/Naturalidade

Ano de Ingresso	Total p/ ano	Semestre		Idade			Estado Civil			Naturalidade	
		1º semestre	2º semestre	até 25 anos	26 a 30 anos	acima de 31	Solteiro	Casado	Outros	Tocantins	fora do Estado
2019	100	50	50	63	10	27	72	21	7	61	39
2020	52	51	1	29	10	13	40	9	3	35	17
2021	39	39	0	28	4	7	33	5	1	19	20
2022	55	22	33	36	7	12	43	9	3	34	21
2023	51	29	22	41	7	3	41	5	5	25	26
2024	65	17	48	52	5	8	49	4	12	47	18
Total	362	208	154	249	43	70	278	53	31	221	141

Total 100% 57,46% 42,54% 68,78% 11,88% 19,34% 76,80% 14,64% 8,56% 61,05% 38,95%
Fonte: Dados da pesquisa (2025)

A predominância de estudantes com até 25 anos sugere que o curso de Pedagogia da UFT, no Campus de Palmas, tem sido acessado majoritariamente por estudantes que ingressam no ensino superior em idade próxima à conclusão do ensino médio. Esse resultado pode estar associado à ampliação das políticas de acesso ao ensino superior público nas últimas décadas, bem como à maior presença de estudantes oriundos da escola pública nas universidades federais.

Ao mesmo tempo, a presença de estudantes com idade superior a 30 anos revela que o curso de Pedagogia também funciona como espaço de retomada ou continuidade de trajetórias educacionais interrompidas. Em muitos casos, esses estudantes buscam a formação superior

como estratégia de qualificação profissional ou de adequação às exigências legais para o exercício da docência na educação básica, especialmente em contextos regionais em que há demanda por professores habilitados.

Os dados referentes à faixa etária dos estudantes do curso em análise podem ser considerados favoráveis, na medida em que dialogam com as metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação (PNE). Conforme dados do Censo da Educação Superior, referentes a 2024 e divulgados pelo INEP em 2025, a Meta 12 prevê a elevação da taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e da taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos (Inep, 2025, p. 8).

Entretanto, o mesmo documento destaca como desafio a necessidade de acelerar o ritmo de expansão da educação superior para essa faixa etária. Em 2024, observa-se que 44% da população de 18 a 24 anos havia concluído o ensino médio; 22,9% frequentava a educação superior; 20,2% não frequentava a escola e não havia concluído o ensino médio; 7,5% ainda frequentava o ensino médio; 4,2% já havia concluído a educação superior; e 0,8% frequentava o ensino fundamental (Inep, 2025, p. 9).

Com relação ao Estado civil, conforme Tabela 2, 76,80% são solteiros, 14,64% são casados e 8,56% foram classificados em outros (divorciados, em união estável ou não informados). A predominância de estudantes solteiros pode estar diretamente associada ao perfil etário identificado no curso, uma vez que a maior parte dos ingressantes possui até 25 anos de idade.

Quanto ao Estado de nascimento, uma parte considerável é de pessoas do Tocantins, 61,05% dos ingressos; e 38,95% correspondem a pessoas que nasceram em outros Estados. Os dados indicam que a maioria dos alunos é composta por jovens de até 25 anos, predominantemente solteiros e naturais do Tocantins.

A presença majoritária de ingressantes oriundos do próprio Estado evidencia a importância da Universidade Federal do Tocantins quanto à ampliação do acesso ao ensino superior público para a população local.

A associação entre idade, estado civil e origem escolar também permite levantar hipóteses relacionadas às condições socioeconômicas dos estudantes. Considerando que grande parte dos ingressantes são jovens e oriundos de escolas públicas, é possível que uma parcela desses estudantes ainda dependa do apoio financeiro familiar para a continuidade dos estudos, sobretudo nos primeiros anos da graduação.

As condições socioeconômicas podem influenciar a trajetória acadêmica dos estudantes

e, por serem mais jovens, podem enfrentar dificuldades relacionadas à adaptação ao ambiente universitário, à definição de suas escolhas profissionais ou mesmo à necessidade de inserção no mercado de trabalho durante a graduação para ajudar na renda da família.

Por outro lado, o curso no período noturno, como é o caso de Pedagogia, tende a ampliar as possibilidades de acesso para estudantes que precisam conciliar trabalho e estudo. Contudo, essa mesma condição pode gerar desafios adicionais à permanência acadêmica, uma vez que a conciliação entre atividades laborais e acadêmicas pode resultar em maior tempo de integralização do curso ou mesmo em situações de evasão.

4.2 Características de ingresso

A caracterização do egresso pode ser analisada a partir da Tabela 3 que apresenta a divisão dos alunos ingressantes por semestre/ano, a localidade (estado) da escola de conclusão do ensino médio ou equivalente, o tipo de Instituição, e a forma de Ingresso no Ensino Superior.

Tabela 3: Ensino Secundário/Ingresso

Ano de Ingresso	Total p/ ano	Escola de origem		Tipo de Escola			Forma de ingresso			
		TO	Outro	Publica	Privada	Em branco	Ampla Concorrência	Cota por Renda	Cota sem renda	Outro
2019	100	78	22	92	8	0	32	20	29	19
2020	52	43	9	50	2	0	20	9	12	11
2021	39	29	10	35	4	0	15	9	15	0
2022	55	40	15	49	5	1	15	10	14	16
2023	51	35	16	42	7	2	19	7	13	12
2024	65	54	11	61	3	1	33	7	21	4
Total	362	279	83	329	29	4	134	62	104	62
Total	100%	77,07%	22,93%	90,88%	8,01%	1,10%	37,02%	17,13%	28,73%	17,13%

Fonte: Dados da pesquisa (2025)

Os dados apresentados na Tabela 3 indicam que 77,07% dos estudantes ingressantes concluíram o ensino médio em instituições localizadas no Estado do Tocantins. Por outro lado, 22,93% dos ingressantes realizaram a formação em outros estados da Federação, sendo esses dados agrupados na tabela com o objetivo de facilitar a visualização e a análise dos resultados. Informações complementares obtidas a partir da base de dados utilizada no estudo indicam



ainda que, entre os 279 estudantes que concluíram o ensino médio no Estado do Tocantins, 158 realizaram essa etapa educacional no município de Palmas, evidenciando uma concentração significativa de ingressantes oriundos da capital.

No que se refere ao tipo de instituição de ensino médio, os resultados demonstram uma predominância de estudantes provenientes da rede pública de ensino, que correspondem a aproximadamente 91% dos ingressantes no período analisado, totalizando 329 estudantes. Em contrapartida, observa-se uma participação significativamente menor de estudantes oriundos da rede privada de ensino, representando 29 ingressantes no conjunto analisado.

Esses resultados evidenciam a forte presença de estudantes com trajetória educacional vinculada à escola pública na composição do corpo discente do curso analisado, aspecto diretamente relacionado às políticas de democratização do acesso ao ensino superior público implementadas nas últimas décadas.

Quanto à forma de ingresso, optou-se por agrupar as diferentes modalidades de cotas previstas na legislação de ações afirmativas nas instituições federais de ensino superior. Considerando que a Lei nº 12.711/2012 estabelece diversas subcategorias de reserva de vagas para fins analíticos, os ingressantes foram organizados em dois grupos principais: cotas com recorte de renda e cotas sem recorte de renda, além das categorias de ampla concorrência e outras formas de ingresso.

Conforme apresentado na Tabela 3, observa-se que 37,02% dos estudantes ingressaram por ampla concorrência, enquanto 17,13% foram admitidos por meio de cotas com critério de renda. Já 28,73% ingressaram por outras modalidades de cotas, que incluem vagas destinadas a estudantes oriundos de escolas públicas, bem como a grupos específicos, como indígenas e quilombolas. Além disso, 17,13% dos ingressantes acessaram o curso por outras formas de ingresso, como transferências ou modalidades institucionais específicas.

Considerando o conjunto das modalidades vinculadas às políticas de ações afirmativas, verifica-se que aproximadamente 46% dos ingressantes no período analisado foram admitidos por meio de algum tipo de cota, evidenciando a importância dessas políticas para a ampliação do acesso ao ensino superior público.

Considerando que a maioria dos ingressantes é oriunda de escolas públicas, em associação ao ingresso por meio de cotas, esse cenário pode indicar a necessidade de acompanhamento acadêmico, bem como de inclusão desses estudantes em programas de permanência.

4.3 Situação acadêmica

A situação acadêmica está detalhada conforme o relatório do SIE, sendo classificada em seis categorias: vinculado, formado, declinante, desistência, desvinculado e transferência interna. Para fins de melhor compreensão e análise, neste estudo, as quatro últimas categorias, declinante, desistência, desvinculado e transferência interna, foram agrupadas sob a denominação de evasão em algumas das figuras apresentadas.

A Tabela 4 apresenta de forma resumida em percentuais a quantidade de ingressantes por ano de 2019 a 2024 e a situação acadêmica dos alunos (evadidos, vinculados e formados).

Tabela 4: Situação Acadêmica-Percentual Anual

Ano de Ingresso	Quant. Ingressantes	Evadidos %	Vinculados %	Formados %
2019	100	30	32	38
2020	52	38,4	30,7	30,7
2021	39	43,5	28,2	28,2
2022	55	34,5	52,7	12,7
2023	51	5,8	84,3	9,8
2024	65	6,1	92,3	1,5

Fonte: Dados da pesquisa (2025)

A pesquisa adotou um recorte temporal que abrange o período de incidência da pandemia de COVID-19, considerando seus possíveis impactos na permanência e na trajetória acadêmica dos estudantes, bem como nos ingressantes nesse contexto.

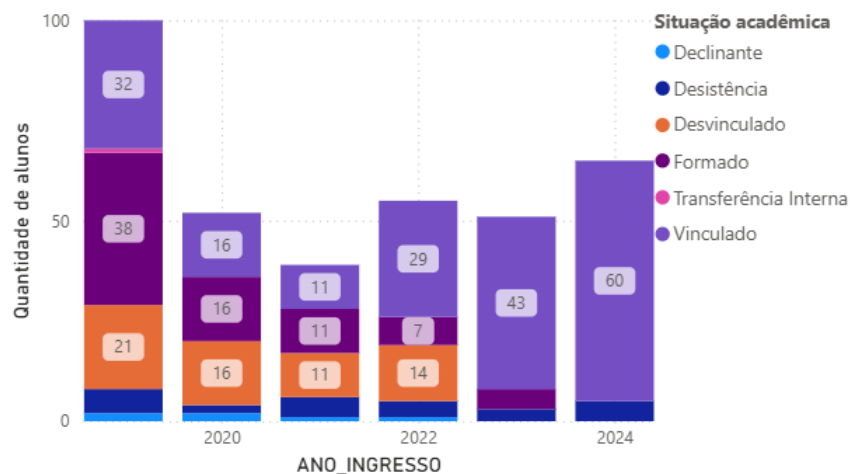
Contudo, não houve possibilidade de identificar o impacto específico para essa questão. Como a pesquisa trabalhou com dados do sistema, a análise será quantitativa para todo o recorte temporal que corresponde a seis anos, e será considerado nas análises entre os períodos de 2020/1 e 2021/2 marcados pelo período pandêmico, com retorno das aulas presenciais em 2022/1. Observou nos dados de forma numérica, quanto ao ingresso e à permanência de alunos de graduação, tendo em vista as dificuldades do período.

A UFT, como uma forma de reduzir o impacto na permanência dos alunos no curso, em função da pandemia, flexibilizou e ampliou o prazo para a conclusão dos cursos de graduação através da Instrução normativa 011/2022 - PROGRAD/UFT. Essa medida teve como finalidade mitigar os efeitos da crise sanitária e incentivar os estudantes a manterem seus vínculos com a

universidade, mesmo diante das dificuldades enfrentadas no período.

Contudo, nesse estudo não foi possível identificar se a instrução normativa alcançou o que pretendia quanto à permanência e integralização nos períodos posteriores a pandemia.

Figura 2: Quantidade de Ingresso/Situação Acadêmica Detalhada



Fonte: Dados da pesquisa (2025)

Os dados da Figura 2 têm como referência o quantitativo de ingressantes em cada período e ano, correspondente a cada coluna do gráfico. Apresentam, em valores destacados, a situação acadêmica dos estudantes em cada categoria, conforme registrada no sistema na data de extração dos dados desta pesquisa, em junho de 2025. Nesse contexto, cada coluna com o ano indicativo representa somente os alunos ingressantes daquele ano e a situação em que estavam em junho de 2025 no sistema da UFT.

Conforme a Figura 2, observa-se que dos 100 alunos ingressantes em 2019, 38 tinham concluído o curso, 32 estavam vinculados e 30 alunos estavam na forma de evadido (desvinculado, desistente, declinante e transferência interna).

Para os alunos ingressantes em 2020 e 2021, observa-se que o número de formados, vinculados e desvinculados é igual, com números menores para outras formas de evasão. Nesse período, manteve-se uma proporção quanto à situação acadêmica, contudo, houve uma queda significativa no quantitativo de ingressantes.

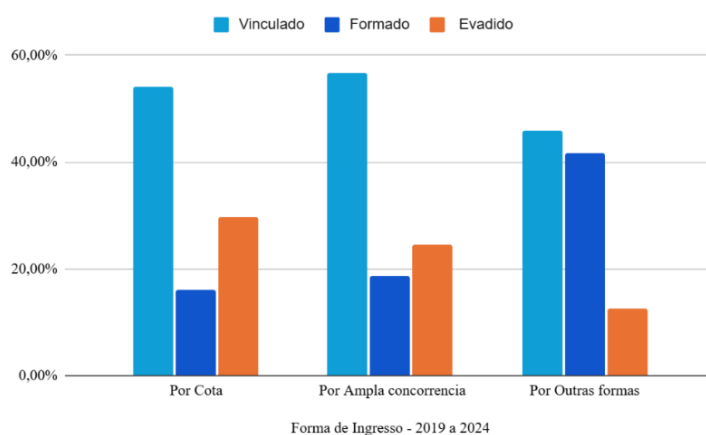
Cabe destacar, ainda, o número expressivo de alunos desvinculados entre 2019 e 2022. Esse cenário pode ter sido influenciado pelos efeitos da pandemia, que impactaram negativamente a trajetória acadêmica desses estudantes.

Os anos de 2023 e 2024 apresentam os maiores índices de alunos vinculados, 43 e 60, respectivamente, o que se explica pelo fato de reunirem ingressantes mais recentes. Ao longo

do tempo, conforme demonstrado na Figura 2, esses estudantes podem evadir-se por meio de alguma das situações anteriormente descritas.

Observa-se que nos anos de 2023 e 2024 ainda não consta nenhum quantitativo de aluno desvinculado, registrando um número bem menor de evadidos. Tal fato pode ser atribuído a alunos que realmente estão vinculados ou estavam no sistema como vinculados aguardando atualização a partir do Boletim que a Prograd emiti de tempo em tempo. O Boletim notifica alunos que precisam regularizar a situação acadêmica para evitar a perda do vínculo com a instituição. Após a emissão do boletim, os alunos têm um prazo, se não resolvido, o aluno fica no sistema como desvinculado, desistente ou declinante, por descumprimento de normativas regimentais.

Figura 3: Forma de Ingresso x Situação Acadêmica



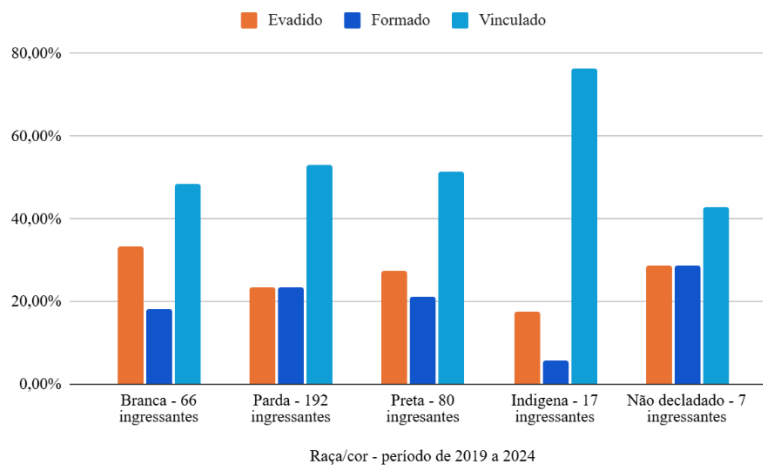
Fonte: Dados da pesquisa (2025)

A Figura 3 apresenta a relação entre a forma de ingresso, agrupada em três categorias (cotas, ampla concorrência e outras modalidades), e a situação acadêmica dos estudantes (vinculado, formado e evadido). O objetivo foi identificar possíveis influências da forma de ingresso sobre a trajetória acadêmica no curso analisado, por meio do cruzamento entre essas duas variáveis.

A Figura 3 mostra que não há grandes diferenças na situação acadêmica em relação à forma de ingresso, por cotas ou por ampla concorrência dos alunos vinculados. Há uma pequena variação dos ingressantes por ampla concorrência que possuem um percentual maior para os formados e menor para os evadidos. Já com relação aos ingressantes por outras formas (transferências, diplomado, reingresso), o percentual de formados se destaca dos outros, o que pode ser justificado pelo fato desses alunos já terem um percentual considerado de

integralização curricular, realizada através de aproveitamento, quando ingressam por transferência, reingresso ou como diplomado.

Figura 4: Raça/Cor x Situação Acadêmica



Fonte: Dados da pesquisa (2025)

A figura 4 apresenta a relação entre raça/cor e o percentual da situação acadêmica para o período de 2019 a 2024. Ao relacionar raça/cor e situação acadêmica no período de 2019 a 2024 (Figura 6), observa-se que, entre os 192 estudantes autodeclarados pardos, 53,13% permanecem vinculados, enquanto formados e evadidos apresentam o mesmo percentual (23,44%). Entre os 17 indígenas, 76,47% estão vinculados, 5,88% formados e 17,65% evadidos.

No caso dos estudantes autodeclarados brancos, verifica-se o maior percentual de evasão: dos 66 ingressantes, 33,33% evadiram, 48,48% permanecem vinculados e 18,18% se formaram. Já entre os estudantes autodeclarados pretos, 51,25% estão vinculados, 21,25% formados e 27,50% evadidos. Dos 7 ingressantes não declarados, 42,86% estão vinculados, 28,57% formados e 28,57% evadidos.

O número de ingressantes autodeclarados pardos é predominante no curso analisado. Conforme a Figura 04, mais da metade desses alunos ainda estão vinculados; outro dado demonstrado é a porcentagem elevada de estudantes indígenas vinculados, fato que pode estar associado em alguns casos à conclusão mais prolongada do curso, por dificuldades da língua nativa, questões pedagógicas e de adaptação. Observa-se também que brancos e pretos apresentam praticamente a mesma média de alunos vinculados, 49,86%.



5 CONCLUSÕES

O presente estudo alcançou seu objetivo ao realizar o levantamento e a análise, em perspectivas quantitativa e qualitativa, do perfil sociodemográfico, da forma de ingresso e da situação acadêmica dos estudantes do curso de licenciatura investigado, no período delimitado.

Investigações dessa natureza podem subsidiar a formulação de ações institucionais mais efetivas de acolhimento, acompanhamento e apoio à permanência estudantil, contribuindo para o fortalecimento das políticas voltadas à melhoria da qualidade do ensino superior.

Ao lançar luz sobre as trajetórias dos estudantes do curso de Licenciatura em Pedagogia, o estudo promove reflexões que podem orientar a gestão universitária na construção de estratégias voltadas a uma formação mais equitativa e à redução dos índices de evasão. Nesse sentido, o conhecimento e o monitoramento sistemático das informações acadêmicas, articulados à governança institucional, podem favorecer a identificação de relações entre permanência e fatores sociais, econômicos, institucionais e individuais.

Os resultados permitiram evidenciar a importância do fortalecimento da governança universitária, especialmente no que se refere à compreensão do perfil discente, ao acompanhamento contínuo da trajetória acadêmica e à maior articulação entre programas e políticas institucionais e as demandas concretas dos estudantes.

Quanto ao problema de pesquisa, os resultados e indicadores encontrados demonstram que o curso mantém o padrão identificado na literatura analisada, além de dialogar com os dados do INEP (2024 e 2025), no que se refere aos desafios relacionados à evasão discente, às vagas ociosas e à conclusão prolongada, assim como ocorre em outras instituições públicas brasileiras.

Como limitação do estudo, destaca-se o recorte temporal adotado (2019–2024), que, embora permita analisar aspectos relevantes do perfil sociodemográfico e da trajetória acadêmica dos estudantes ingressantes, é fortemente marcado pelo período da pandemia de COVID-19. Esse contexto excepcional produziu impactos significativos nas dinâmicas de acesso, permanência e evasão no ensino superior, influenciando os resultados observados.

Assim, ainda que o recorte contemple um momento histórico importante e necessário de ser analisado, a ampliação do período investigado por exemplo, para uma série histórica de dez anos poderia contribuir para análises mais abrangentes, permitindo comparações em contextos distintos (pré, durante e pós-pandemia) e a identificação de tendências mais consistentes relacionadas ao acesso, à permanência e à conclusão dos cursos

Como agenda para estudos futuros, recomenda-se a ampliação das análises sobre os fatores que influenciam a permanência e o êxito acadêmico no ensino superior, especialmente aqueles relacionados às condições socioeconômicas dos estudantes, como renda familiar e a necessidade de conciliação entre trabalho e estudo. Sugere-se também a realização de pesquisas com abordagens qualitativas, incluindo entrevistas e levantamentos junto aos discentes, a fim de compreender, de forma mais aprofundada, as dificuldades enfrentadas ao longo da trajetória acadêmica, bem como possíveis limitações estruturais e pedagógicas que impactam sua permanência no curso.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Pró-reitoria de graduação da Universidade Federal do Tocantins - PROGRAD-UFT, que disponibilizou os dados para a pesquisa.

REFERÊNCIAS

ADACHI, Ana Amélia Chaves Teixeira. **Evasão de estudantes de cursos de graduação da USP: ingressantes nos anos de 2002, 2003 e 2004.** 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

ANDIFES – Associação Nacional Dos Dirigentes Das Instituições Federais De Ensino Superior. Fonaprace – Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. **Perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das IFES – 2018.** Brasília: ANDIFES, 2019. Disponível em: <https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioeconomico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES-2018.pdf>. Acesso em: 20 maio 2025.

BRASIL. **Decreto nº 7.824**, de 11 de outubro de 2012. Regulamenta a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Brasília, DF: Presidência da República, 2012. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=7824&ano=2012&ato=a1fUzYq10MVpWT7c1>. Acesso em: 16 nov. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 6.096**, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Brasília, DF: Presidência da República, 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. Acesso em: 16 jan. 2026.

BRASIL. **Decreto nº 7.234**, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso

em: 12 nov. 2025.

BRASIL. **Lei nº 10.861**, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm. Acesso em: 4 jan. 2026.

BRASIL. **Lei nº 12.711**, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Brasília, DF: Presidência da República, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso em: 26 jun. 2025.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Referencial básico de governança aplicável a órgãos e entidades da administração pública**. versão 2. Brasília: TCU, Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado, 2014. Disponível em: https://portal.tcu.gov.br/data/files/FA/B6/EA/85/1CD4671023455957E18818A8/Referencial_basico_governanca_2_edicao.PDF. Acesso em: 20 maio 2025.

BRASIL. Tribunal de Contas da União (TCU). **Acórdão nº 986/2024 – Plenário**. Relatório de auditoria. Brasília, DF: TCU, 2024. Disponível em: <https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/redireciona/acordao-completo/ACORDAO-COMPLETO-2641961>. Acesso em: 5 dez. 2025.

COIMBRA, C. L.; SILVA, L. B. E. ; COSTA, N. C. D.. A evasão na educação superior: definições e trajetórias. **Educação e Pesquisa**, v. 47, p. e228764, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202147228764>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/WRKk9JVNBnJsnNyNkFfJQj/?lang=pt>. Acesso em: 23 maio 2025.

FILIPAK, S. T.; PACHECO, E. F. H., A democratização do acesso à educação superior no Brasil. **Revista Diálogo Educacional**, [S. l.], v. 17, n. 54, p. 1241–1268, 2017. DOI: 10.7213/1981-416X.17.054.DS09. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/faced/article/view/27960>. Acesso em: 22 out. 2025.

FIOR, C. A.; ALMEIDA, L. S. Evasão nos cursos de Licenciatura: influência de variáveis pessoais e acadêmicas. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, v. 24, n. 1, p. 17-27, jun. 2023. DOI: <https://doi.org/10.26707/1984-7270/2023v24n0103>. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-33902023000100017&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 24 jan. 2026. Epub 28-Out-2024.

GESSER, G. A.; OLIVEIRA, C. M.; MACHADO, M. R.; MELO, P. A. Governança universitária: um panorama dos estudos científicos desenvolvidos sobre a governança em instituições de educação superior brasileiras. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior Brasileiras**, v. 26, n. 1, p. 5–23, mar. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772021000100002>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/DhsCFkhscTBnXtYzv59KBgD>. Acesso em: 17 jul. 2025.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior 2023: apresentação**. Brasília: Inep, 2024. Disponível em:

https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2023/apresentacao_censo_da_educacao_superior_2023.pdf. Acesso em: 05 dez. 2025.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior 2024: apresentação**. Brasília: Inep, 2025. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2024/apresentacao_censo_da_educacao_superior_2024.pdf. Acesso em: 05 dez. 2025.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Orientações gerais para o roteiro da autoavaliação das Instituições**. Brasília, DF: INEP, 2004.

Disponível em:

https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes_e_exames_da_educacao_superior/roteiro_de_auto_avaliacao_institucional_2004.pdf. Acesso em: 22 jan. 2026.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Panorama Censo 2022**. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/?localidade=17>. Acesso em 02 fev. 2026.

PINHEIRO, C. B.; RIBEIRO, J. L. L. DE S.; FERNANDES, S. A. F. Modelos teóricos da evasão no ensino superior e notas sobre o contexto nacional. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 28, p. e023015, 2023.

DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772023000100022>. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/aval/a/wykhmMKd6JpDkXthnrVPqQ/?lang=pt>. Acesso em: 16 nov. 2025.

RISTOFF, D. O novo perfil do campus brasileiro: uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 19, n. 3, p. 723–747, nov. 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772014000300010>. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/aval/a/yQz6tVyGStDkzSMZcVpkTbT/?lang=pt>. Acesso em: 20 jun. 2025.

RISTOFF, D. Democratização do campus: impacto dos programas de inclusão sobre o perfil da graduação. **Cadernos do GEA**, v. 9, p. 5-62, 2016. Disponível em:

[Caderno_GEA_N9_Democratização-do-campus.pdf](#). Acesso em: 24 out. 2025.

SALES, E. C. de A. S.; PETER, M. da G. A.; MACHADO, M. V. V.; NASCIMENTO, C. P. S. do. Governança no setor público segundo a IFAC – estudo nas Universidades Federais Brasileiras / Governance in the public sector according to IFAC - study in Brazilian Federal Universities. **Brazilian Journal of Business**, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 1477–1495, 2020. DOI: 10.34140/bjbv2n2-040. Disponível em:

<https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJB/article/view/11505>. Acesso em: 11 out. 2025.

SILVA, K da.; OLIVEIRA, C. M. de.; TEIXEIRA, L.; SOUSA, D. A. Conceitos de governança aplicados na governança universitária: uma revisão sistemática. **Revista de Gestão e Secretariado**, [S. l.], v. 14, n. 4, p. 6113–6131, 2023. DOI:

<https://doi.org/10.7769/gesec.v14i4.2037>.

Disponível em: <https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/2037>. Acesso em: 05 dez. 2025.



SILVA, P. T. DE F. E; SAMPAIO, L. M. B. Políticas de permanência estudantil na educação superior: reflexões de uma revisão da literatura para o contexto brasileiro. **Revista de Administração Pública**, v. 56, p. 603–631, 11 nov. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/XcTGnqJTkq9wdJZZ4PpwqFd/?lang=pt>. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-761220220034>. Acesso 17 de nov. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS (UFT). Conselho Universitário (CONSUNI). **Resolução nº 38, de 23 de abril de 2021**. Dispõe sobre o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade Federal do Tocantins, 2021–2025. Palmas: UFT, 2021. Disponível em: https://docs.uft.edu.br/share/s/l6G29vJbQ1ikIp_eqtOvgw. Acesso em: 23 jun. 2026.

VITÓRIA, M. I. C, CASARTELLI, A., RIGO, R. M., COSTA, P. T. Engajamento acadêmico: desafios para a permanência do estudante na Educação Superior. **Educação**, v. 41, n. 2, p. 262-269, set. 2018. DOI: <https://doi.org/10.15448/1981-2582.2018.2.27960>. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/faced/article/view/27960>. Acesso em 16 de jun. 2025.